

Ideias feitas desconstruídas por professor e investigador da Universidade de Coimbra

● Chefe do FMI para Portugal reconhece que desemprego é o grande problema

Carina Fonseca
economia@jn.pt



A questão da saída do euro terá de se colocar, mais cedo ou mais tarde". A garantia é de João Rodrigues, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Ciência, Economia e Sociedade. O responsável pela sessão "A crise e os seus mitos", realizada anteriormente, em Coimbra, fez questão de desconstruir alguns dos mitos que circulam no espaço público português. "A minha esperança é que o debate público permita desfazer estes mitos, promovendo uma visão sobre como podemos enfrentar os problemas", disse ao JN o também colaborador do blogue "Ladrões de bicicletas".

1 "VIVEMOS ACIMA DAS NOSSAS POSSIBILIDADES"

"ISTO, GERALMENTE, é aplicado às famílias portuguesas e ao país. Há uma narrativa segundo a qual as famílias tiveram um comportamento irresponsável, endividando-se. A questão é saber para que se endividaram, se esse endividamento foi sustentado e o que está a causar as dificuldades. Há 40% de famílias com uma dívida ao banco, contraída, em 80% para adquirir habitação própria. Quanto mais subimos no escalão do rendimento, maior é a percentagem de famílias endividadas", defendeu João Rodrigues. Acresce que "Portugal tinha uma das mais baixas taxas de incumprimento, na Europa, até ao eclodir da crise. Com a crise, há uma quebra do rendimento, devido ao aumento brutal do desemprego e aos cortes salariais. A principal causa para o aumento das insolvências é o desemprego. O aumento brutal do endividamento público resulta da crise que o país vive desde 2007/8. A crise económica fez com que as receitas do Estado colapsassem". Os créditos à habitação representam 43,9% do total de malparado, um máximo histórico desde pelo menos 1997.

2 "O ESTADO GASTA EM EXCESSO"

"A MAIOR PARTE da despesa pública é despesa necessária. Se se corta nessa despesa, corta-se na vida das pessoas", resumiu João Rodrigues, em declarações ao JN. A conquista da democracia resultou na construção do Estado social. O Serviço Nacional de Saúde, a escola pública e a Seguradora Social constituíram "as grandes rubricas de crescimento da despesa", explicou o economista, esclarecendo que, "até à crise de 2007/08, o Estado português tinha uma média de endividamento ao nível da média da União Europeia". Associado a este discurso, vem aquele de que é preciso cortar nas gorduras do Estado, para pôr cobro à crise, acrescentou. Ora, a seu ver, a despesa que é possível cortar tem a ver com o aumento dos juros da dívida pública. Ou seja, cortar no peso dos juros relacionados com a dívida pública no Orçamento do Estado através de uma renegociação da dívida e dos seus termos.

3 "OS SALÁRIOS CRESCERAM DE MAIS"

"OS SALÁRIOS, em Portugal, cresceram alinhados com a produtividade, em termos reais", defendeu João Rodrigues, adiantando que o país é um dos que apresentam "maiores níveis de desigualdade salarial", com muitos trabalhadores a receber salários baixos, no fundo da pirâmide, e trabalhadores de estruturas intermédias e superiores com salários muito elevados, em especial no setor privado.

4 "O PAÍS NÃO FEZ AS REFORMAS NECESSÁRIAS"

"ANDAMOS A fazer reformas liberais desde a década de 80.

Os resultados estão à vista", afirmou, ao JN, João Rodrigues. A partir dos anos 80, Portugal procedeu a reformas no setor financeiro, abriu caminho ao comércio internacional e levou a cabo privatizações, exemplificou.

5 "NÃO HÁ ALTERNATIVAS"

"ESTE É o cimento que permite construir este edifício", afirmou João Rodrigues. Não haver alternativas a um programa de ajustamento desenhado para pôr em prática políticas de austeridade capazes de reduzir os desequilíbrios externos da economia "é um argumento sistematicamente invocado", em seu entender. "Há sempre alternativas, e começam pela renegociação da dívida", sendo que "um dos cenários para o qual o país tem de estar preparado é a saída do euro", declarou, ao JN. Mais: essa questão tem de "deixar de ser tabu" e ser "discutida abertamente".

De acordo com o economista, "a principal explicação para o desequilíbrio da economia portuguesa, em termos de endividamento externo", é o facto de Portugal estar inserido numa zona monetária. "O euro é uma moeda sem Estado", criticou. "O Estado português tem de recuperar um conjunto de instrumentos de política e a renegociação da dívida é a única arma que tem". Uma certeza: "A questão da saída do euro terá de se colocar, mais cedo ou mais tarde". E, a seu ver, a saída é a melhor opção, no contexto atual.

"Portugal, desde a adesão à Zona Euro, teve o pior período de crescimento económico da História", referiu ainda João Rodrigues. Para alterar a presente situação, "o Governo português teria de começar por denunciar o Memorando [da troika]", que "não funciona". Ora, "isso implica iniciar um processo de reestruturação da dívida pública, os credores não devem aceitar esse processo e o país tem de tomar uma decisão, que pode passar pela saída do euro. A Zona Euro não funciona. Quando as coisas não funcionam, o melhor a fazer é tentar organizar um divórcio tão amigável quanto possível", rematou. ●



//5 INDICADORES

Custo real unitário do trabalho (pontos percentuais)



Remuneração real por empregado (pontos percentuais)



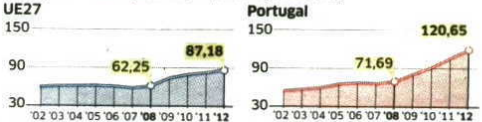
Rácio da compensação por empregado/PIB por empregado

Deflacionado com Índice de preços

Evolução da taxa de desemprego (em percentagem)



Evolução da dívida pública (em percentagem do PIB)



Evolução dos benefícios sociais (em percentagem do PIB)



FONTE: COMISSÃO EUROPEIA - INFOGRAFIA JN



"Metas revistas para travar desemprego"

Abebe Selassie Chefe da missão do FMI em Portugal

O chefe da missão do FMI para Portugal explicou, em entrevista à Lusa, que as metas do défice foram revistas, "tanto quanto possível", para não criar mais recessão e desemprego e que esta missão foi "particularmente difícil". E deixou o aviso: Portugal não deve contar com mais adiantamentos.

O líder da missão do FMI admite que o aumento do desemprego foi "muito pior" que o esperado, e diz que a única forma duradoura de recuperar emprego é acabar o ajustamento o mais rápido possível. Selassie mostrou-se, por outro lado, desapontado com o facto dos preços da electricidade e das telecomunicações não terem descido, considerando que esta questão é importante para garantir que os sacrifícios são repartidos de forma justa.

Sobre as mudanças nas indemnizações por cessação de contrato de trabalho que ficaram acordadas nesta revisão, o chefe da missão fez questão de sublinhar que a troika tem mostrado pragmatismo e flexibilidade, e como tal aceitou uma proposta do Governo para fasear a redução de 20 para 12 dias.

Abebe Selassie garantiu ainda que o desembolso da tranche de dois mil milhões de euros prevista com a aprovação da sétima revisão do memorando para Portugal não está dependente da apresentação do plano de corte dos 4000 milhões de euros, mas que a mesma só deverá chegar a Portugal em maio, ao contrário do que estava previsto. ●